

COMUNICADO

Gabinete do Secretário e Assessorias

Respostas as Impugnações

GABINETE DO SECRETARIO E ASSESSORIAS

CHEFIA DE GABINETE

PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, Edital n.º 2/2024 – UASG 990189

Processo SEI n.º 006.00041910/2024-69

OBJETO: aquisição de protetores (coldre) e porta carregadores de pistola, para transporte, pistola Springfield INC – modelo XDM Elite – calibre .40

Sobre as Impugnações

Em apertada síntese, o impugnante requer: i) acesso aos documentos não sigilosos constantes no Processo Administrativo SEI n.º 006.00041910/2024-69, referentes ao Pregão Eletrônico n.º 02/2024; ii) que o Edital estabeleça as condições para a efetiva participação de empresas estrangeiras que não funcionam no país; iii) que sejam acrescentados no Edital os documentos e condições para a participação de empresas estrangeiras; iv) que o prazo da entrega das amostras seja de no mínimo 30 (trinta) dias corridos, com possibilidade de prorrogação.

Quanto ao pedido de acesso aos documentos do processo SEI! cabe esclarecer que os documentos solicitados foram encaminhados via e-mail, no dia 04/10/2024 às 16h41min, com exceção dos documentos referentes ao valor da aquisição, considerando que foi estabelecido no Edital o sigilo acerca do valor da contratação, visando à ampla competitividade e eficiência do processo licitatório, nos termos do art. 24, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Considerando que, quando do envio do e-mail, no dia 04/10/24, o arquivo excedeu o permitido, retornando, foi reenviado, sendo atendido o pleito.

O sigilo de informações relativas ao orçamento estimado da contratação é uma prática juridicamente amparada pela legislação vigente, especialmente no contexto das licitações públicas. O citado artigo 24, dispõe que "o orçamento estimado da contratação terá caráter sigiloso até a conclusão do certame". Tal medida visa, sobretudo, a proteger o interesse público, evitando que os licitantes utilizem o orçamento como referência para formar seus preços, o que poderia comprometer a competitividade e a economicidade do processo licitatório.

A confidencialidade do valor orçado encontra-se dentro do poder discricionário do órgão licitante que, ao preservar o sigilo do valor, evita que os licitantes ajustem suas propostas ao valor máximo estipulado pela Administração, incentivando-os a oferecer propostas mais vantajosas, o que beneficia a Administração Pública.

Dessa forma, com base na legislação vigente, na jurisprudência e nos princípios que regem as licitações públicas, não há qualquer irregularidade na manutenção do sigilo do valor estimado para a contratação no edital de pregão em questão. A prática adotada encontra amparo legal, o que afasta a hipótese de correção do Edital n.º 2/2024.

Com relação à participação de empresas estrangeiras que não operam no país, cabe esclarecer que o item 3., subitem 3.6.9., do Edital, dispõe:

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

No Termo de Referência, Anexo I, do Edital, item 8., subitem 8.6., acerca do tema, constou:

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

Desta forma, as empresas estrangeiras devem observar o disposto no item 3.6.9., do Edital, c.c. subitem 8.6., do Termo de Referência, ou seja, deverá ter representante no Brasil, que formulará a proposta comercial e apresentará os documentos de habilitação previstos.

Quanto à inserção no Edital de exigências relativas à documentação das empresas estrangeiras, é importante deixar claro que as disposições do artigo 52, da Lei n.º 14.133/21, são destinadas à licitação de âmbito internacional, quando a formulação das propostas é permitida em moeda estrangeira, o que não é o caso do pregão em questão. Portanto, não há nenhuma correção a ser feita no Edital.

Quanto ao prazo de 5 (cinco) dias para apresentação das amostras, a Administração assim definiu por ser suficiente e razoável para atendimento pelas licitantes, pois trata-se de produtos comuns (coldre e porta carregadores).

Pelas razões expostas INDEFERE as impugnações, mantendo o Edital publicado.

